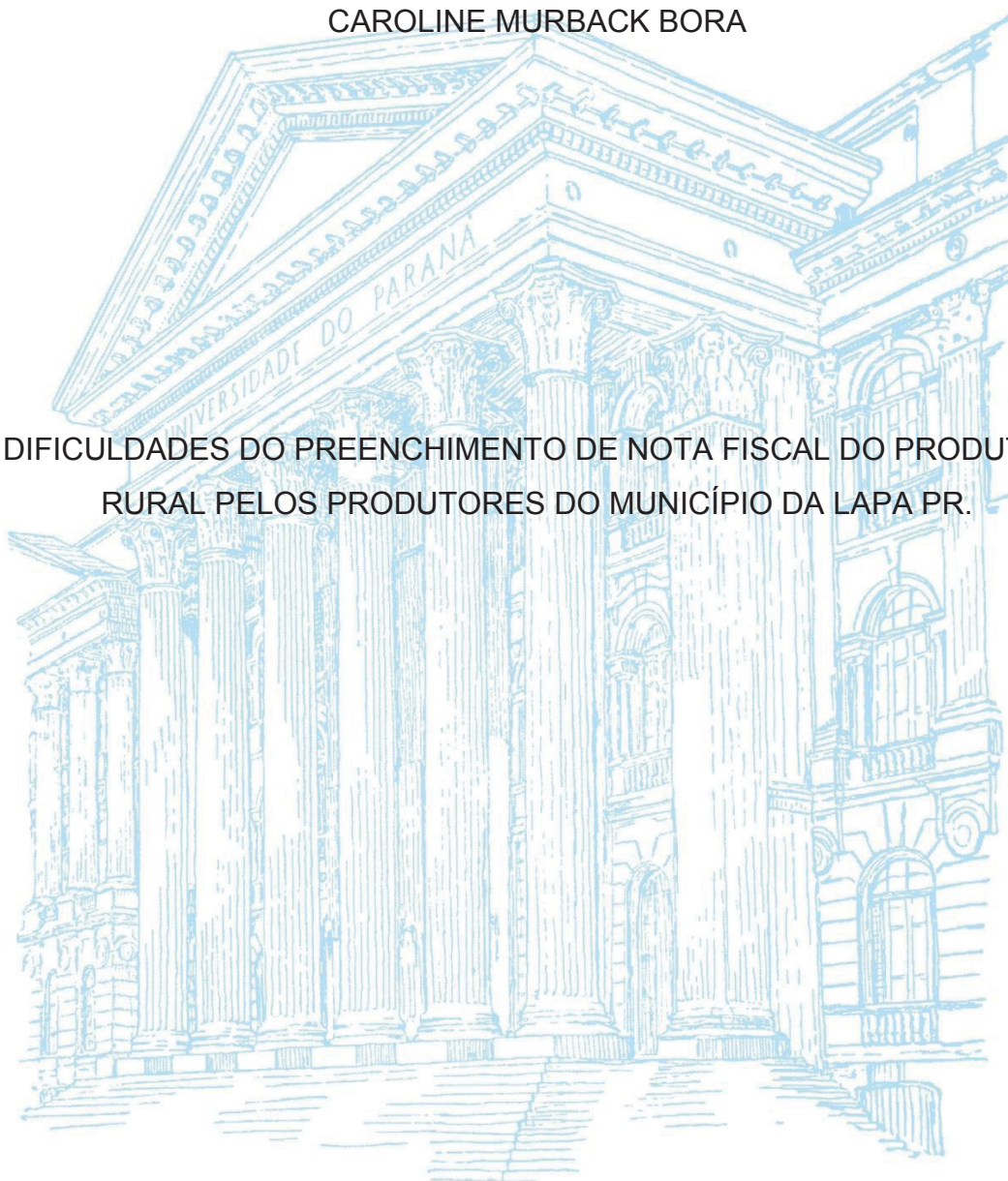


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE MURBACK BORA

DIFICULDADES DO PREENCHIMENTO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR
RURAL PELOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DA LAPA PR.



LAPA-PR

2019

CAROLINE MURBACK BORA

DIFICULDADES DO PREENCHIMENTO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR
RURAL PELOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DA LAPA PR.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública Municipal, do
Departamento de Administração Geral e Aplicada,
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marcos Wagner da Fonseca

LAPA-PR

2019

RESUMO

A presente pesquisa refere-se às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais do município da Lapa PR no preenchimento das notas fiscais dos produtores rurais e também a refere-se a falta de entendimento de muitos produtores sobre os impostos cobrados das Notas emitidas. Para entender estas dificuldades dos produtores, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa e quantitativa, onde foram realizadas entrevistas com agricultores com questões relacionadas ao tema. Os resultados da pesquisa mostram que realmente a maioria dos produtores rurais tem dificuldades para preencher a nota e muitas vezes delegam para terceiros esta tarefa, as entrevistas também revelam que a maioria não entende ou entende mais ou menos sobre os impostos que são cobrados, sendo assim, o objetivo desta pesquisa é de confeccionar um Manual da nota fiscal do produtor rural do município da Lapa – PR para que os produtores tenham acesso mais fácil à informação sobre o tema e que eles possam se tornar cada vez mais independentes e conscientes da importância do seu trabalho para o município.

Palavras-chave: Produtor Rural; Nota fiscal; Impostos; Manual.

ABSTRACT

The present research refers to the difficulties faced by the rural producers of the municipality of Lapa PR in filling the fiscal notes of the rural producers and also refers to the lack of understanding of many producers on the taxes collected from the Notes issued. To understand these difficulties of the producers, a qualitative and quantitative exploratory research was carried out, where interviews with farmers with questions related to the subject were carried out. The results of the survey show that most rural producers actually find it difficult to fill the bill and often delegate this task to third parties, interviews also reveal that most do not understand or understand more or less about the taxes that are levied, so , the objective of this research is to produce a Manual of the fiscal note of the rural producer of the municipality of Lapa - PR so that producers have easier access to information on the subject and that they can become increasingly independent and aware of the importance of his work for the municipality.

Key words: Rural Producers; Fiscal Notes; Taxes; Manual.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS GERAL.....	24
TABELA 2 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS POR FAIXA ETÁRIA.....	25
TABELA 3 – ANALISE DAS RESPOSTAS DA QUESTÃO 2 POR FAIXA ETÁRIA.....	26

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO.....	30
--	----

LISTA DE SIGLAS

AIDF - Autorização para impressão de documentos fiscais

CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CRE – Coordenação da Receita do Estado

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

NFP – Nota Fiscal do Produtor Rural

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPR – Sistema Estadual do Produtor Rural

RAT – Riscos Ambientais do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 APRESENTAÇÃO	8
1.2 OBJETIVO GERAL	9
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	9
1.4 JUSTIFICATIVA	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 ATIVIDADE RURAL NO BRASIL	11
2.2 O AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR	12
2.3 NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL (NPF, 2015).	14
2.3.1 Sobre a inscrição	14
2.3.2 Da autorização para impressão de documentos fiscais – AIDF	15
2.3.4 Da prestação de contas:	16
2.3.5 A importância da emissão da Nota Fiscal do Produtor	18
2.4 TRIBUTAÇÃO PARA O PRODUTOR RURAL	18
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	21
3.1 DIAGNOSTICO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	21
3.2 METODOLOGIA PARA DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA	22
3.2.1 Resultados	23
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	28
4.1 PROPOSTA TÉCNICA	28
4.1.1 Plano de implantação	29
4.1.2 Recursos	31
4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas	31
5 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICE 1- INSTRUMENTO DA PESQUISA	35
APÊNDICE 2	36
ANEXO 1	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa tem como assunto principal o preenchimento das notas fiscais do produtor rural NFP, que é o documento que registra, para fins fiscais, as operações de circulação de mercadorias e de prestação de serviços, ocorrida entre as partes esta nota atesta a responsabilidade do produtor pela segurança, qualidade e descrição do produto na nota: quantidade, preço, variedade, classificação, embalagem. (NPF, 2015).

O convênio firmado entre o Estado do Paraná e as prefeituras municipais prevê que os municípios realizem o cadastro, a impressão e a prestação de contas das notas fiscais do produtor rural, assim sendo, na Prefeitura da Lapa instalou-se a Seção do Produtor Rural da Prefeitura Municipal da Lapa, conhecida como “Bloco do Produtor” que é como será denominado nesta pesquisa, onde hoje todos os serviços relacionados a nota do produtor rural são realizados e é onde esta pesquisa será realizada.

O município de Lapa, é considerado pelos órgãos governamentais paranaenses, como um dos mais importantes do setor agrícola do Estado do Paraná, pois possui dos maiores territórios do Estado, com aproximadamente 2000 km². Mais de 2/3 das suas terras são agricultáveis, sendo responsável pela nona maior produção agrícola do Paraná. O município contém 42,47% da população na área rural, aproximadamente 2500 (duas mil e quinhentas) propriedades rurais, sendo a grande maioria pertencente à agricultura familiar que produz basicamente olerícolas, feijão, milho, soja, frutas de caroço, fumo, reflorestamento de pinus e eucalipto, pecuária de corte e de leite, além de subprodutos de origem animal e vegetal. (IBGE, 2018).

Assim sendo, o município da Lapa tem como boa parte de sua arrecadação as notas fiscais do produtor rural, o problema inicial desta pesquisa foi observado pelos servidores da Seção do Produtor Rural da Lapa e é a grande dificuldade dos pequenos produtores rurais em preencher esta nota, as quais muitas vezes chegam a Seção do Produtor Rural preenchidas erroneamente, também há uma dificuldade muito grande no entendimento da tributação dessas notas, o que acarreta muitas vezes percas ao município e ao produtor.

Vendo este problema acontecer, esta pesquisa pretende entender quais são as maiores dificuldades dos produtores no preenchimento das notas e sobre a tributação dos produtos que eles vendem e a partir dessas respostas procurar solucionar esses problemas com manual explicativo com linguagem acessível que auxiliem o produtor de como preencher corretamente as notas e valores de tributação de produtos, além de propor outros programas como cursos e palestras que conscientizem nossos produtores sobre a importância da nota fiscal do produtor rural.

1.2 OBJETIVO GERAL

Formular um manual da Nota Fiscal do Produtor Rural com linguagem acessível para sanar as dúvidas dos produtores sobre a nota fiscal do produtor rural principalmente no preenchimento das notas e dos impostos cobrados dos produtos.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Diagnosticar as principais dificuldades dos produtores no preenchimento da Nota Fiscal do Produtor Rural.
2. Diagnosticar as dúvidas dos produtores referentes aos impostos cobrados na Nota Fiscal do Produtor Rural.
3. Propor dentro deste manual a conscientização sobre a importância do produtor emitir notas fiscais do produtor, salientando os benefícios da emissão dessas notas a fim de aumentar a quantidade de notas emitidas bem como aumentar a arrecadação no município da Lapa Pr.

1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo a Norma de Procedimento Fiscal N. 031/2015 , A prestação de contas, a ser realizada na Prefeitura Municipal conveniada, consiste no registro, no sistema SPR, das informações consignadas nas vias fixas das notas do produtor

emitidas ou não, apresentadas pelo produtor rural. O produtor rural deverá apresentar à Prefeitura Municipal, mediante protocolo: as notas fiscais emitidas, sempre que necessitar de nova impressão de notas, onde As notas fiscais emitidas serão transcritas no SPR por um servidor da prefeitura. A Prefeitura Municipal conveniada deverá registrar no sistema SPR as informações consignadas nas notas fiscais que lhe forem apresentadas, em tempo hábil, de forma a não comprometer as informações que integram o cálculo do índice de participação de seu município. (NPF, 2015).

O grande problema é que nem sempre isto acontece, quando as notas são preenchidas erradas não há como prestar contas, acarretando um atraso nesse processo, pois há a devolução da nota ao produtor para que ele procure solucionar o problema na nota, o que muitas vezes acaba comprometendo os prazos para o cálculo do índice de participação de seu município.

Assim sendo, a realização deste projeto se justifica da necessidade de auxiliar os produtores no preenchimento dessas notas, para que assim os prazos possam ser cumpridos e os produtores também não tenham problemas futuros, além de ajuda-los a compreender a importância da emissão dessas notas, de como se dá a tributação dos produtos, pois muitos produtores hoje em dia vem diminuindo o número de notas emitidas por ano devido a falta de conhecimento sobre os tributos, para não pagar imposto, porém, precisamos levar ao entendimento dos produtores que se emitirem notas de toda a produção do ano, melhor ficará o arrecadamento do município o que melhorará a qualidade de vida da população.

A área temática desse projeto é gestão operacional, e se faz necessária dentro desta área para que possamos entender as dificuldades dos produtores e a partir daí, correlacionar estratégias e formas de sanar essas dificuldades, criar o manual explicativo de forma com que eles compreendam e acarretando assim melhorias no trabalho da Seção do Produtor Rural e ganhos na arrecadação do município, além de maximizar os estudos dentro dessa temática.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ATIVIDADE RURAL NO BRASIL

A atividade rural vem mostrando relevante importância durante o passar dos anos dentro da sociedade brasileira. O produtor rural é considerado um dos principais meios de geração de renda no Brasil; agricultura e pecuária estão a frente da economia nos seus respectivos segmentos, colocando o Brasil como um dos principais produtores desses proventos. (ECKSTEIN; FERREIRA 2018).

A Lei nº 8.023/90 estabelece quais atividades rurais estão sujeitas a recolhimento de imposto e tributação específica, e considera atividade rural: a agricultura; a pecuária; a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; bem como a transformação de produtos que são recorrentes da atividade rural, desde que a composição não seja transformada, deve ser realizada pelo próprio produtor, com maquinário ou equipamentos que sejam próprios nas atividades rurais, sendo que os insumos utilizados também devem ser produzidos no âmbito rural. (BRASIL. 1990).

Marion (2002, p. 22), afirma que “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. A atividade rural pode ser desenvolvida por meio de pessoa física, consórcio de pessoas físicas e por uma empresa jurídica. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), por meio do Manual de Orientação das contribuições previdenciárias e do SENAR (2014) compõem a atividade rural da seguinte forma:

Pessoa Física: É o indivíduo que “proprietário ou não, que desenvolve em área urbana ou rural a atividade agropecuária (agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira), a qualquer título, em caráter permanente ou temporário”.

Consórcio de pessoas físicas: Associação de produtores rurais pessoas físicas, com o objetivo de manter trabalhadores para prestação de serviços de modo regular, diminuir custos de produção e cumprir com as exigências trabalhistas e previdenciárias.

Pessoa Jurídica: É constituída legalmente e explora as atividades pecuárias, pesqueiras e agrícolas. Podendo atuar na área rural e também na área urbana.

Uma forma importante de atividade rural é a Agricultura Familiar que é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº

11.326/2004. São considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvam práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos: detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município- Utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais; Tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Deste modo, o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas, entre outros. (MDA, 2018).

A atividade rural atualmente desempenha um grande papel social; produz efeitos multiplicadores em toda sociedade com geração dos mais diversos produtos agrícolas e pecuários; e tem a responsabilidade do abastecimento alimentar da população do país, esta presente tanto no meio econômico, com na produção, industrialização e comercialização de seus produtos, bem como, no fornecimento desses gêneros alimentícios integralizados a cadeia alimentar dos consumidores. Para que isso ocorra é necessário que exista uma harmonia entre as atividades que acontecem dentro das propriedades rurais com aquelas existentes quando os produtos atravessam as suas porteiras com destino aos centros de consumo. (DIAS, 2011, p.5 - 6).

2.2 O AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR

O agronegócio é um termo utilizado para fazer referência ao contexto socioespacial da produção agropecuária, incluindo todos os serviços, técnicas e equipamentos a ela relacionados, direta ou indiretamente, moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e

responde por um em cada três reais gerados no país. (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2019).

A associação entre “modernidade” e “agricultura” no Brasil tem uma longa história. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, pensadores e homens de ação opõem propostas de uma “agricultura” ou mesmo de uma “indústria rural” moderna ao que seria uma agricultura “tradicional” ou “práticas tradicionais” das empresas agrícolas. (HEREDIA, 2010).

O agronegócio vem se expandindo, a cada dia, e com isso tem se destacado no âmbito mundial sendo hoje um dos grandes responsáveis pela economia pôr ser um setor de grande empregabilidade que vem gerando renda no país. Tal fato por conta de seu crescimento econômico, sendo dinâmico na economia e pela sua capacidade de impulsionar os demais setores.

Segundo Mittmann (2012).

O PIB do campo expandiu-se 5,73% no ano passado, mais que o dobro do PIB geral do país - + 2,7%. E assim a participação do setor no PIB total aumentou sua fatia de 21,78% para 22,74%. O PIB do agro atingiu R\$ 942 bilhões (já descontando a inflação), e o do país R\$ 4,143 trilhões. Em 2010 a riqueza do campo tinha crescido 7,36%. Portanto, em dois ano o acumulado é de 13,51%. Só no último trimestre de 2011, visto a valorização das cotações das comanditeis, o PIB da agropecuária cresceu 8,4%.

A década de 1990 está marcada, nos estudos sobre as relações sociais no espaço agrário brasileiro, pela emergência e rápida consagração de uma nova categoria de apreensão do real: a agricultura familiar. A categoria veio substituir termos como “pequena produção”, “pequena propriedade”, “agricultura de baixa renda” e “agricultura de subsistência”, entre outros, largamente utilizados até então tanto pelo discurso social quanto sócioantropológico. (HEREDIA, 2010).

A Agricultura Familiar que é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº 11.326/2004. São considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvam práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos: detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município- Utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais; Tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2004).

Deste modo, o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas, entre outros. (MDA, 2018).

Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos sócio-econômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor. (NEVES, 2007, p. 47).

Hoje em dia tanto a Agricultura Familiar quanto os grandes produtores são obrigados pela lei a emitir a Nota Fiscal do Produtor Rural, pois são essas notas que asseguram a legalidade das transações da compra e venda de produtos no mercado, o que se pode salientar é que, conforme se observa no dia a dia no Bloco do Produtor, os produtores da Agricultura familiar tem mais dificuldade tanto no acesso quanto no preenchimento das NFPs, gerando assim o problema desta pesquisa.

2.3 NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL (NPF, 2015).

A Nota Fiscal do Produtor Rural (NFP) é um documento fiscal, de emissão obrigatória pelo produtor rural, na circulação de bens e materiais relacionados com suas atividades e de mercadorias e/ou produtos produzidos na sua propriedade ou em propriedade alheia, explorada sob contrato. A Nota Fiscal do Produtor, modelo 4, é o documento fiscal que o produtor rural está obrigado a emitir na saída de produtos do estabelecimento rural.

A Norma de Procedimento Fiscal nº 031/2015, que diz estabelece procedimentos relativos ao SPR - Sistema Estadual do Produtor Rural para a emissão da NFP, conforme a seguir: (NPF, 2015).

2.3.1 Sobre a inscrição

Deverão inscrever-se no Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO, antes do início de suas atividades, as pessoas físicas que se dediquem à atividade

agropecuária e que pretendam realizar operações relativas à circulação de mercadorias.

- Será considerada autônoma cada propriedade de um mesmo produtor rural, recebendo, cada uma delas, um número distinto de inscrição no CAD/PRO, o qual constará, obrigatoriamente, em todos os documentos fiscais e de arrecadação por ele emitidos.

- Poderão se inscrever no CAD/PRO, mediante requerimento, as pessoas jurídicas que se dediquem à atividade agropecuária e que pretendam realizar operações relativas à circulação de mercadorias, que se enquadrem nas seguintes condições:

Pessoas jurídicas de direito público, universidades, faculdades e instituições de ensino, nas suas áreas de produção agropecuária experimentais;

- Pessoas jurídicas sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, nas suas áreas de produção agropecuária;

- Associações de pequenos produtores rurais familiares constituídas com o fim de comercializar produtos agropecuários exclusivamente com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com órgãos e com autarquias federais, estaduais e municipais, no âmbito do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos de que trata a Lei Federal n. 10.696, de 2 de junho de 2003, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE de que trata a Lei Federal n. 11.947, de 16 de junho de 2009.

- Caberá ao município conveniado a gestão do registro das informações cadastrais do produtor rural e da sua produção agropecuária.

- A competência de fiscalização, de apreensão de mercadorias ou de documentos, de imposição de penalidades e de lançamento de tributos estaduais, é privativa dos Auditores Fiscais do Estado, devendo os funcionários do município observar o sigilo fiscal de que trata o art. 198 do Código Tributário Nacional.

- O município é responsável pelas informações prestadas no SPR, devendo zelar pela sua qualidade.

2.3.2 Da autorização para impressão de documentos fiscais – AIDF

- A AIDF será concedida pelo SPR, mediante solicitação do titular da inscrição no CAD/PRO ou do seu representante legal, junto à Prefeitura Municipal.
- Somente será concedida AIDF para o produtor rural que estiver com a inscrição ativa no CAD/PRO.
- A determinação da quantidade das notas fiscais liberadas:
 - a) Será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, na primeira e na segunda AIDF concedida, observado o porte do produtor rural solicitante;
 - b) Será sugerida pelo SPR, a partir da terceira AIDF, tendo como critério a média das notas fiscais concedidas nas autorizações anteriores.
 - c) Na hipótese de haver pendência na prestação de contas de documentos emitidos, de mais de 3 (três) AIDF, a quantidade de notas fiscais liberadas será limitada a 1(uma) nota fiscal por dia.
- O prazo de validade das notas fiscais autorizadas encerra-se no ano subsequente ao da autorização, da seguinte forma:
 - a) Notas fiscais autorizadas de janeiro a junho terão vencimento em 31 de janeiro;
 - b) Notas fiscais autorizadas de julho a dezembro terão vencimento em 28 de fevereiro;
 - c) A validade será em 31 de março do ano subsequente, para as notas fiscais confeccionadas em estabelecimento gráfico, cuja quantidade seja superior a 500 (quinhentas) notas fiscais e o produtor rural realize a prestação de contas

2.3.3 Da impressão das notas fiscais do produtor rural

- As NFP autorizadas poderão ser impressas:

Pela Prefeitura Municipal e por estabelecimento gráfico regularmente inscrito no CAD/ICMS, com base na autorização emitida pelo SPR, caso em que a AIDF será emitida em duas vias, sendo uma via destinada ao estabelecimento gráfico e a outra arquivada no dossiê do produtor rural, após sua assinatura de recebimento.

2.3.4 Da prestação de contas:

- A prestação de constas, a ser realizada na Prefeitura Municipal conveniada, consiste no registro, no SPR, das informações consignadas nas vias fixas das NFP emitidas ou não, apresentadas pelo produtor rural.
- O produtor rural deverá apresentar à Prefeitura Municipal, mediante protocolo:
 - a) As notas fiscais emitidas, sempre que necessitar de nova AIDF;
 - b) O comprovante de transmissão dos documentos em arquivos magnéticos se for o caso;
 - c) Os arquivos padrão XML das notas fiscais emitidas, conforme contido no manual do “Sistema Off-line – Módulo Digitação”, disponível no SPR;
 - d) A totalidade das notas fiscais em seu poder, emitidas ou não, até 15 (quinze) dias após o seu vencimento.
- As notas fiscais emitidas serão transcritas no SPR.
- As notas fiscais não utilizadas e com prazo de validade expirado serão inutilizadas no SPR.
- A Prefeitura Municipal conveniada deverá registrar no SPR as informações consignadas nas notas fiscais que lhe forem apresentadas, em tempo hábil, de forma a não comprometer as informações que integram o cálculo do índice de participação de seu município.
- Nas operações realizadas com produtos sujeitos à posterior quantificação ou valoração, a prestação de contas será efetuada com base na nota fiscal emitida para documentar a entrada ou outro documento aprovado pelo fisco, mediante Regime Especial.
- Após o registro no SPR, serão mantidas na Prefeitura Municipal até 30 (trinta) dias após a publicação do índice definitivo do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, quando então serão devolvidas ao produtor rural, com a emissão do “Termo de Guarda de Documentos Fiscais”, conforme modelo disponível no Anexo V, que deverá mantê-las em boa guarda, por período não inferior a 5 (cinco) anos, para apresentação ao fisco se solicitadas.
- As notas fiscais oriundas de empresas com CAD/ICMS poderão ser devolvidas ao produtor rural após o prazo final de retificação da DFC- Declaração Fisco Contábil.

2.3.5 A importância da emissão da Nota Fiscal do Produtor

Para o próprio produtor rural:

- a) A Nota Fiscal do Produtor corretamente preenchida e sem rasuras evita autuações, devoluções indesejáveis de carga e a tentativa do adquirente de se eximir da responsabilidade do recolhimento dos 2,3% da contribuição previdenciária rural incidente sobre o valor da produção comercializada e do recolhimento do ICMS, quando exigidos pela legislação;
- b) Comprovação do preço real praticado na venda de sua produção e, conseqüentemente, da renda auferida na propriedade;
- c) Por meio da assinatura do canhoto destacável da Nota Fiscal do Produtor, o produtor rural tem como comprovar a entrega da mercadoria e, numa eventual ação judicial, apresentá-lo como prova da realização da operação comercial.

Para o consumidor:

- a) Servir como obstáculo à ação de “atravessador” e da prevenção da majoração dos preços dos produtos, sem causa justa;
- b) Servir como certificado de procedência ou origem do produto, quesito essencial para garantir sua qualidade e
- c) Aumento da receita dos municípios onde a produção agrícola tem elevada participação na geração de renda local. A emissão de Nota Fiscal do Produtor aumenta o valor da quota-parte do ICMS que o município recebe do Estado, ainda que o produto comercializado seja isento do pagamento do tributo.

2.4 TRIBUTAÇÃO PARA O PRODUTOR RURAL

A legislação tem uma definição específica e define o produtor rural com a pessoa física não inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que dispõe de um cadastro específico de contribuinte do ICMS e regras próprias, simplificadas e diferenciadas, aplicáveis às operações por ele praticadas. Ainda de acordo com Orientação Tributária, a partir de 1º de março de 2009, o produtor rural pessoa física não inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis e inscrita no Cadastro de Produtor Rural nessa data, bem

como o produtor já inscrito no Cadastro de Produtor Rural Pessoa Física conta com novo tratamento tributário diferenciado e simplificado. (SCALIONI, 2018).

Conforme previsto no Capítulo LXII, Parte 1, Anexo IX do RICMS/2002, fazendo-se necessária a compreensão das regras aplicáveis às operações com leite e às demais saídas. Havendo mudanças na tributação do ICMS, sendo as principais:

- a) Isenção nas operações internas destinadas a contribuinte;
- b) Simplificação da apuração do imposto nas demais operações e
- c) Possibilidade de apropriação de crédito presumido pela cooperativa ou estabelecimento industrial, desde que promova o ressarcimento ao produtor no mesmo valor, nos percentuais aplicados sobre o valor da operação, conforme o Regulamento do ICMS. (SCALIONI, 2018).

A atividade Rural por ser considerada uma indústria a céu aberto, esta sempre exposta às chamadas intempéries do tempo, sol ou chuva em excesso, doenças, granizo a chamada chuva de pedras, geadas dentre outras. O legislador conhecedor destas anormalidades que o meio rural este sempre exposto instituiu na legislação os chamados tratamentos tributários especiais. A legislação em particular aqui falando sobre o ICMS tem um capítulo que do tratamento diferenciado ao produtor rural. Dentre as varia normas estabelecidas esta o diferimento e a isenção, que são formas que o legislador colocou na lei para cobrar ICMS dos produtos agrícolas. (SCALIONI, 2018).

ICMS é um imposto interestadual caracterizado por alíquota variável com classificação dos produtos em tributado, alíquota zero, substituição tributária diferencial de alíquota, isentos e tributados a 4% (produtos importados), ficando atribuído aos Estados e ao Distrito Federal instituir e cobrar, cada uma legislando de forma distinta de acordo com o RICMS. A base de cálculo do ICMS é o montante da operação, incluindo o frete e despesas acessórias cobradas do adquirente/consumidor. Sobre a respectiva base de cálculo se aplicará a alíquota do ICMS As operações promovidas pelo produtor rural inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS serão normalmente tributadas, observando-se as disposições contidas na legislação tributária sobre a aplicação da isenção, diferimento, suspensão do imposto ou outro tratamento tributário aplicável. (SCALIONI, 2018).

Na emissão da Nota Fiscal de Entrada (contra-nota) pelo adquirente - pessoa jurídica é realizado o desconto de 2,3% sobre o valor a ser pago ao produtor rural - pessoa física essa contribuição, substitui a cota patronal do empregador rural

sobre a folha de salários. É descontada do produtor rural – pessoa física e recolhida pelo adquirente - pessoa jurídica para custear o Sistema da Seguridade Social (saúde, amparo assistencial e previdência social), mediante aplicação da alíquota de 2,1% para a Previdência Social e de 0,2% para o SENAR, conforme a Constituição Federal de 1988 e as legislações aplicáveis. O desconto é feito na Nota Fiscal de Entrada porque a contribuição é devida pelo produtor rural - pessoa física que vende sua produção, todavia, a responsabilidade pelo recolhimento do tributo perante a Receita Federal compete ao adquirente - pessoa jurídica. É o que se chama de SUB-ROGAÇÃO, ou seja, a transferência da responsabilidade de recolhimento da contribuição para o adquirente - pessoa jurídica, cabendo à empresa compradora descontar do produtor rural e recolher para a Receita Federal. (CEAGESP, 2018).

O diferimento é uma postergação ou adiamento, passar a obrigação do pagamento do imposto e, ao mesmo tempo, a transferência da responsabilidade para o pagamento do imposto a um terceiro. O diferimento do ICMS ocorre quando o lançamento e/ou pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação e que são transferidos para uma etapa posterior de comercialização, industrialização, prestação, uso ou consumo. O lançamento diferido é efetuado no momento em que se realiza a operação ou prestação subsequente, com as respectivas mercadorias ou serviços. O diferimento ocorre somente quando o produtor rural vende ou entrega seu produto a um terceiro que ira realizar a sua comercialização. (SCALIONI , 2018).

A isenção é o benefício que a lei concede ao produtor para o não pagamento do ICMS, e concedida a determinados produtos basicamente os insumos utilizados na produção e alguns produtos como hortifrutigranjeiros produzidos pelo produtor rural. Ao contrário do diferimento em que a cobrança do imposto é repassado a fase posterior. Na isenção não existe cobrança em nenhuma etapa da comercialização do produto. O produtor rural tem que contar com uma contabilidade especializada no setor agrícola para o seu assessoramento na acompanhamento e emissão das notas fiscais bem como o aproveitamento do credito de ICMS. Estas informações são necessárias para a emissão das notas fiscais de venda dos produtos agrícolas. (SCALIONI , 2018)

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1 DIAGNOSTICO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

A organização pública onde será realizada essa pesquisa é a Prefeitura Municipal da Lapa, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76. 020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº. 87.

Segundo a Lei nº. 2277 de 31 de dezembro de 2008 que dispõem sobre a Reestruturação Organizacional do Poder Executivo do município da Lapa, os princípios básicos da ação administrativa compreendem: a ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento de suas atividades, o desenvolvimento do município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, e o processo de planejamento municipal deve considerar os aspectos técnicos e políticos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal.

O “Bloco do Produtor” é uma Seção dentro do departamento de Agropecuária, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente na Prefeitura Municipal da Lapa, situado na Rua Treze de Maio, 1156, no centro da Cidade da Lapa Pr, a seção conta hoje com 4 servidores públicos que realizam o atendimento aos produtores e 3 estagiários que realizam o trabalho de digitação das notas no SPR, devido ao convenio do município com a Receita Estadual do Estado do Paraná (CRE), a prefeitura sede o espaço, material e funcionários e o CRE fornece o sistema e o apoio técnico.

O Bloco do Produtor da lapa possui em média 5000 produtores cadastrados no CADPRO e em média 3200 produtores ativos.

Segundo os relatórios econômicos do sistema em 2015 foram emitidas NFP totalizando um valor total arrecadado de R\$ 271.786.045,91, em 2016 R\$ 314.512.387,68 e em 2017 o valor foi de R\$ 312.209.759,88 nas vendas dos produtos do Município da Lapa Pr, podemos observar que em relação a 2015 houve um significativo aumento de notas emitidas, porém se compararmos 2016 com 2017 houve uma pequena redução de valores arrecadados. (SEFANET PR 2019).

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado, ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real, desta forma, a partir do problema observado no bloco do produtor do município.

3.2 METODOLOGIA PARA DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

A pesquisa foi exploratória, qualitativa e quantitativa, que além da pesquisa bibliográfica sobre o assunto foi realizada uma entrevista com 50 agricultores que foram atendidos no Bloco do Produtor entre os dias 01 e 15 de fevereiro.

Após a coleta de dados, as respostas dos produtores foram categorizadas e analisadas qualitativamente e quantitativamente, segundo a semelhança das ideias de cada indivíduo participante da pesquisa, e posteriormente foram relacionadas, para analisarmos as principais dificuldades dos agricultores de acordo com a faixa etária de idade dos entrevistados, e a partir do resultado será proposto um manual da Nota Fiscal do Produtor Rural com linguagem acessível para sanar as dúvidas dos produtores sobre a nota fiscal do produtor rural principalmente no preenchimento das notas e tributação dos produtos.

Esse tipo de coleta de dados foi escolhido, pois permite o aprofundamento da relação entre produtor rural e NFP, Cunha (1982) salienta que as vantagens da entrevista é que o método permite captar reações, sentimentos, hábitos do entrevistado e possibilita que o entrevistador esclareça alguma pergunta ou terminologia não compreendida pelo entrevistado, o que corrobora com a escolha deste método, visto que os produtores geralmente tem pressa no atendimento e percebe-se também que muitos tem dificuldades de leitura e conseqüentemente entendimento do que estava sendo proposto, com a entrevista as perguntas foram feitas de forma mais clara, facilitando as respostas.

Em primeiro momento a análise dos dados foi quantitativa com ênfase na tubulação da frequência das respostas em seguida essas respostas foram interpretadas qualitativamente.

Na entrevista os produtores atendidos que aceitaram participar da pesquisa responderam seguintes perguntas: (APÊNDICE 1 página 35).

1- Qual a sua idade?

2- Você tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural?

() Sim () Não

3- Se a resposta da questão anterior for sim, descreva quais são as principais dificuldades no preenchimento das Notas Fiscais do Produtor Rural.

4- Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural?

() Sim () Não () Mais ou menos

Em primeiro momento as respostas da questão 4 eram apenas sim e não, porém os entrevistados respondiam que entendiam mais ou menos sobre o assunto, a partir disto foi inserido o item mais ou menos como alternativa também.

3.2.1 Resultados

Primeiramente as respostas foram tabuladas conforme frequência nas respostas e pode ser consultadas no Apêndice 2 na página 36 desta pesquisa.

Assim sendo, temos os seguintes resultados em uma visão geral:

TABELA 1 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS GERAL

Você tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural?		Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural?		
sim	não	Sim	Não	Mais ou menos
30 produtores	20 produtores	12 produtores	20 produtores	18 produtores

FONTE: ENTREVISTA REALIZADA PARA O PRESENTE PROJETO.

Percebe-se que a maioria dos produtores, sendo 30 dos 50 são os que tem dificuldade de preencher as NFPs, ou seja 60% dos entrevistados, em relação ao entendimento sobre os impostos cobrados sobre as NFPs percebemos que grande maioria não entendem nada ou entendem mais ou menos sobre o assunto, sendo apenas 12 que entendem, 20 que não entendem nada e 18 que entendem mais ou menos, ou seja 76% dos entrevistados não tem conhecimento suficiente sobre o assunto e dentro desses 76%, 40% do total de entrevistados não tem conhecimento nenhum. Observa-se que somados os que entendem e os que responderam mais ou menos dá um numero maior (30) que o que não entende nada (20).

Pelo que pude perceber durante as entrevistas, os produtores que alegam entender mais ou menos na maioria das vezes entendem apenas que, tirando no mínimo uma NFP por ano conseguirão no futuro se aposentar como produtor rural e essa é a maior importância da nota para eles.

Ao analisar as respostas analisando as idades dos agricultores, temos os seguintes resultados, que estão tabulados de acordo com a faixa etária de idade dos agricultores:

TABELA 2 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária por idade	Você tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural?				Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural?					
	SIM	Total de produtores	NÃO	Total de produtores	SIM	Total de produtores	NÃO	Total de produtores	MAIS OU MENOS	Total de produtores
18 a 29 anos	18, 28	2	18, 20, 25, 25	4	25, 28	2	18, 25	2	18, 20	2
30 a 39 anos	31, 32, 32, 33, 35, 35, 35, 35, 36, 37, 37	11	30, 31, 32, 32, 35	5	32, 32, 32, 35, 35	5	32, 32, 33, 35, 36, 37, 37	7	30, 31, 35, 35, 35	5
40 a 49 anos	40, 42, 45, 46, 47	5	40, 40, 44, 45	4	40	1	40, 40, 42, 44	4	45, 45, 46, 47	4
50 a 69 anos	50, 52, 52, 54, 55, 55, 56, 56, 56, 58, 58, 60	12	51, 51, 53, 53, 56, 67, 69	7	51, 53, 56, 67	4	51, 52, 53, 54, 56, 56, 58	7	50, 52, 55, 56, 58, 60, 69	7

FONTE: ENTREVISTA REALIZADA PARA O PRESENTE PROJETO.

Ao analisar as perguntas em que as respostas eram sim, não ou mais ou menos de acordo com a faixa etária de idade entende-se que na questão 1 - Você

tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural? A faixa etária com maior dificuldade é a de 50 a 69 anos com 24% das respostas sim seguida pela faixa etária de 30 a 39 anos com 22% do total das respostas sim. A faixa etária que tem menos dificuldade é a de 18 a 29 anos com 8% do total das respostas seguida pela faixa etária de 40 a 49 anos também com 8% das respostas, porém nesta faixa etária percebe-se o que o número de respostas sim foi um pouco maior (10%) em relação a faixa etária anteriormente citada.

Na questão 3 Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural? Analisando as respostas por faixa etária percebemos que a faixa etária dos 18 aos 29 anos é a mais equilibrada, onde das 6 respostas desta faixa, as três opções foram iguais, 2 para cada, na faixa de 30 a 39 anos percebemos que dos 17 destas idades apenas cinco responderam sim, 5 responderam mais ou menos e a maioria 7 respondeu não. Das 9 respostas dentro da faixa etária de 40 a 49 anos apenas 1 foi sim, 4 não e 4 mais ou menos. Na faixa etária de 50 a 69 anos das 18 respostas apenas 4 foram sim, 7 foram não e 7 foram mais ou menos.

Ao analisarmos as respostas por faixa etária, percebe-se que 38% dos entrevistados são da faixa de 50 a 69 anos, 32% são da faixa de 30 a 39 anos, 18% estão dentro da faixa de 40 a 49 anos e 12% estão na faixa de 18 a 29 anos, percebe-se que o número de pessoas mais velhas, entre 50 a 69 anos é mais frequente e que ao analisarmos no contexto geral, somando as respostas sim e mais ou menos da questão três, eles são os que mais entendem sobre os impostos, porém estão entre os que mais tem dificuldade de preencher corretamente as NFPs, o que se repete na faixa etária de 30 a 39 anos.

Numa visão geral, pode-se dizer que a idade pode interferir nas respostas se compararmos a faixa etária dos 18 a 29 anos, onde das 6 respostas apenas 2 pessoas alegaram ter dificuldade para preencher as notas e 2 pessoas disseram não entender nada sobre os impostos, comparando com as outras faixas, percebemos o número de pessoas que responderam não para a pergunta 1 é relativamente maior. Acredito que a experiência dos produtores faz com que os mesmos adquiram na prática os conhecimentos adquiridos sobre os impostos, e que por este motivo a maioria diz entender ou entender mais ou menos sobre este assunto, visto que os produtores tem se preocupado muito principalmente com a questão da aposentadoria, que está diretamente ligada a esta questão.

A seguir, temos a relação das respostas, que foram tabuladas por semelhança:

TABELA 3 – ANALISE DAS RESPOSTAS DA QUESTÃO 2 POR FAIXA ETÁRIA

Dificuldades apresentadas	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 69 anos	Total de produtores
Dificuldades em preencher todos os campos da NFP ou não consegue preencher corretamente.	18, 28 Total: 2	32, 32 Total: 2	46 Total: 1		5
Leva a nota para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP.		31, 33, 35, 35, 35, 37, 37 35 Total:8	40, 42 Total: 2	50, 52, 52, 54, 56, 56, 58 V: 7	17
Solicita ajuda de outras pessoas para auxiliar no preenchimento da NFP.		36 Total: 1	47 Total: 1	55, 55, 56, 58 Total: 4	7
Pede a terceiros que preencham a NFP (transportador, familiares etc)			45, 45 Total: 2	67, 69 Total: 2	4

FONTE: ENTREVISTA REALIZADA PARA O PRESENTE PROJETO.

Durante a entrevista percebi que os produtores tem dificuldade em dizer quais as maiores dificuldades para preencher as NFPs no dia a dia, e 3 produtores que alegaram não ter dificuldade para preencher as notas preferem levar para a empresa que compra seus produtos preencher a NFP.

Dentre as dificuldades 52% dos agricultores levam a NFP para a empresa que vai comprar o produto preencher, 21% solicita ajuda de outras pessoas para auxiliar no preenchimento da NFP, 21% tem dificuldades de preencher todos os campos da NFP ou não consegue preencher corretamente e 12% Pede a terceiros que preencham a NFP (transportador, familiares etc).

Percebemos que os agricultores mais jovens entre 18 e 29 anos apesar da dificuldade preenchem a sua NFP, alguns produtores, principalmente entre 50 e 69 anos solicitam ajuda seja da família ou de vizinhos para preencher, 4 produtores solicitam para o transportador, geralmente o motorista ou alguém que está junto na

lavou a preencher a nota, porém o mais preocupante é que 52%, mais da metade das respostas, que estão depois dos 30 anos que pedem para a empresa que compra o produto preencher a nota, geralmente quando ou depois que o produto chega na empresa.

Fazendo uma análise geral dos dados, percebe-se que a situação problema desta pesquisa corrobora com o supracitado nesta pesquisa, 60% dos entrevistados tem dificuldade no preenchimento das NFP s e 40% não entende sobre os impostos e 36% entendem mais ou menos, somando 76% de produtores com conhecimento insuficiente sobre o assunto.

Dentre as descrições das dificuldades de preenchimento percebe-se um dado muito agravante do problema, 52% dos produtores que responderam sim para a pergunta 1 leva para a empresa que compra o produto preencher a NFP, isso é um ato muito perigoso, pois geralmente essa nota é entregue a empresa posteriormente, ou seja, muitas vezes o produto é exportado sem a NFP junto, o que é ilegal, sem contar que o produtor deixa com a empresa um documento fiscal na mão de outra pessoa para tal preenchimento, correndo muitos riscos. Sem contar também que muitos pedem para terceiros preencher ou preenche com dificuldades pela falta de informação. Saliento também, como citado anteriormente que a idade é um fator agravante para tais dificuldades, por isso a necessidade de confeccionar um manual de fácil compreensão.

Durante o processo de coleta de dados e de atendimentos, muitos produtores comentam das dificuldades e de que seria importante um material para auxílio no preenchimento das NFPS corretamente.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Esta pesquisa tem como objetivo principal formular um manual da Nota Fiscal do Produtor Rural com linguagem acessível para sanar as dúvidas dos produtores sobre a nota fiscal do produtor rural principalmente no preenchimento das notas e tributação dos produtos.

Ao analisarmos os resultados obtidos na coleta de dados percebemos que realmente há uma grande dificuldade dos produtores em preencher a NFP e também há uma defasagem grande no quesito entendimento sobre os impostos relacionados a emissão dessas NFPs, e analisando a idade por faixa etária das respostas estendo que é necessário que este manual seja confeccionado com uma linguagem acessível para que todos possam compreendê-lo.

No dia a dia de trabalho como servidora pública, atendente do Bloco do Produtor, percebo que realmente muitos produtores tem dificuldade de entender como funciona a NFP, pois se analisarmos o contexto do campo em geral, a grande maioria dos produtores são pessoas muito simples, que geralmente não tem muito acesso a informação, precisamos que a informação chegue a elas de forma simples para que os produtores evitem problemas futuros em relação as NFPs.

O Manual da Nota Fiscal do Produtor foi feito da Seguinte forma:

1. O que é a NFP.
2. Detalhamento de como preencher a NFP, explicando todos os passos de forma simples e objetiva, onde temos uma figura da NFP e uma explicação sobre cada Campo a ser preenchido pelo Agricultor.
3. Explicações de informações importantes como: destinação das vias, cancelamento de nota fiscal do produtor, inutilização de nota fiscal do produtor, extravio de nota fiscal do produtor.
4. Lembretes sobre a importância das notas, de como dar baixa, arquivar, não dar a nota para terceiros preencher e manter o cadastro sem pendências.
5. Sobre os impostos primeiramente explicar o que é o ICMS, sobre a tributação dos produtos e como recolher esses impostos.

6. Explicações sobre a Previdência e o Produtor Rural, o FUNRURAL como funciona e como se dá o recolhimento.
7. Importância da emissão da NFP.

O MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA – PR que foi confeccionado para esta pesquisa está anexado neste trabalho, pode ser consultado no ANEXO 1 pagina 39.

Outras alternativas de solução para este problema seriam palestras para os agricultores, porém levando em consideração que o município da lapa é grande, possui 42,47% da população na área rural, aproximadamente 2500 (duas mil e quinhentas) que estão espalhadas em inúmeras comunidades rurais do município a dificuldade de ir em todas as comunidades é muito grande, e pelo mesmo motivo não é fácil para os produtores irem até o local onde seria a palestra.

Assim sendo, o manual é a forma mais fácil de chegar até o produtor a informação e ele pode ter acesso a ele no momento em que precisar.

4.1.1 Plano de implantação

A implementação do MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA – PR poderá ser realizada em etapas:

A 1ª etapa será de aprovação do manual, onde passaria pelo aval do Secretario da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente e posteriormente pelo aval do Prefeito do município.

Após a aprovação e possíveis melhorias do MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA – PR será a 2ª etapa, que consiste na captação de recursos, que serão da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Na 3ª etapa o MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA – PR será encaminhado para a Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal da Lapa, onde o manual será formatado e encaminhado para confecção.

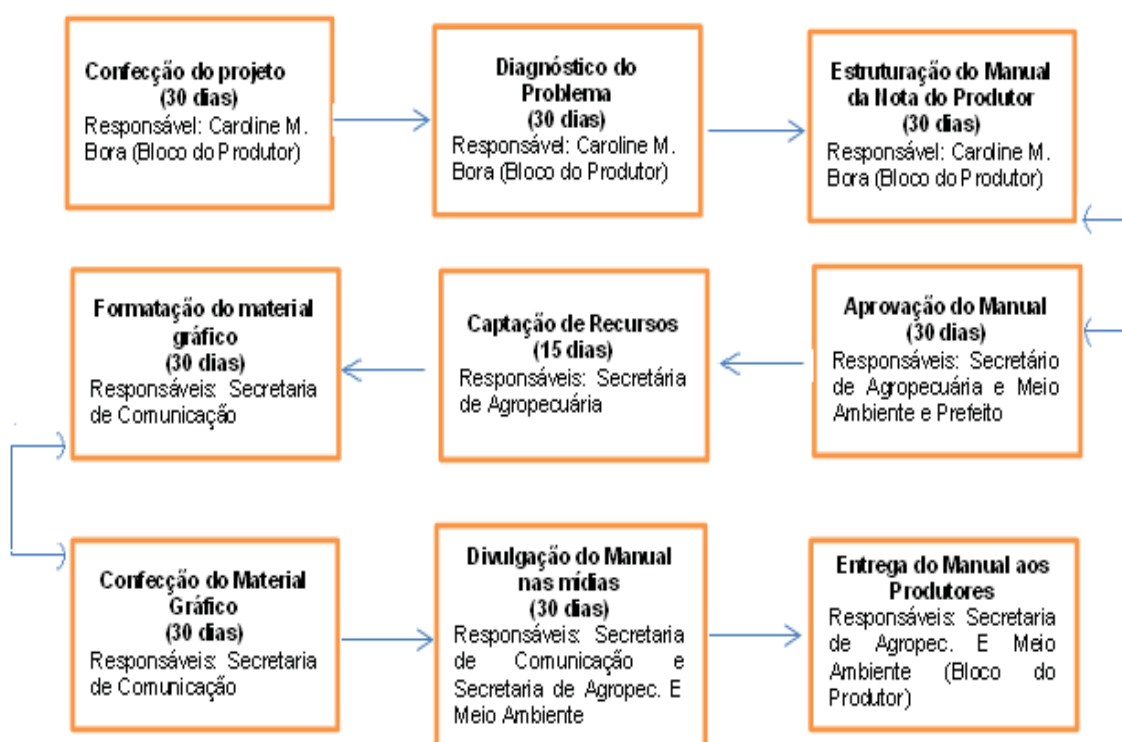
O processo entre a Aprovação e a confecção poderá levar 4 meses, sendo um mês para apreciação e aprovação e captura do recurso e 3 meses pra a

confeção do material gráfico, lembrando a secretaria de comunicação possui ata de registro de preços para material gráfico não necessitando assim de realizar licitação específica.

A 4ª etapa será de socialização e entrega do manual, onde a Secretaria de Comunicação fará a divulgação da existência do material nas mídias, no programa de rádio da prefeitura, nos jornais impressos e nas redes sociais e sites da prefeitura, para que assim os produtores saibam da existência dessa ferramenta para auxilia-los.

Os Manuais ficarão disponíveis no Bloco do Produtor, onde os produtores poderão retirar-los e também sanar dúvidas sobre os assuntos referentes a Nota Fiscal do Produtor Rural, o conteúdo do manual também estará disponível no site da prefeitura para consulta online.

FIGURA 1: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO.



FONTE: DADOS DO PRESENTE PROJETO.

4.1.2 Recursos

Os recursos serão oriundos da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, que poderão entrar na previsão de gastos do próximo ano.

Estima-se confeccionar 4000 unidades de Manuais, de acordo com a os produtores rurais ativos.

4.1.3 Resultados esperados

Os resultados são esperados a médio e longo prazo, pois com o acesso a informação os produtores adquirirão o habito de preencher corretamente a nota.

A longo prazo teremos produtores mais conscientes sobre a importância de emitir as notas corretamente.

Também com as notas preenchidas corretamente o Fundo de Participação dos Municípios tende a aumentar, aumentando assim a arrecadação e consequentemente trará mais benefícios ao município.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Os riscos são que, apesar da linguagem acessível alguns produtores podem não entender o manual, assim sendo, uma medida para sanar este problema é colocar a disposição um telefone e um funcionário no Bloco do Produtor para tirar as duvidas.

Outro risco é de nem todos os produtores terem acesso ao manual, assim sendo, a ideia seria levar exemplares do manual para as Associações de Produtores Rurais também distribuírem para os agricultores nas comunidades rurais, para assim maximizar o alcance da maioria dos produtores rurais.

Também para atingir o objetivo de sanar as duvidas dos produtores que ainda possam restar, o Bloco do Produtor poderá, como medida corretiva, realizar ações junto aos agricultores.

5 CONCLUSÃO

Enquanto cada vez mais temos acesso as informações geralmente não paramos para pensar que nem todos tem esse fácil acesso, muitas vezes não percebemos que muitas pessoas não tem a mesma facilidade de entendimento de determinados assuntos porque não tem acesso a informação.

O município da Lapa é muito grande, e no Bloco do Produtor atendemos todos os dias pessoas que muitas vezes não tem nem telefone e por outro lado atendemos outras que tem acesso inclusive à internet, precisa-se levar a informação a todas essas pessoas.

As entrevistas mostraram que a maioria dos produtores tem dificuldades no preenchimento das NFPs, nesse contexto, a ideia da confecção desse manual foi de sanar essas duvidas, para que os produtores consigam preencher as notas corretamente e que esta ferramenta, por ser impressa possa chegar a todos os produtores, e que tenha uma linguagem simples para que todos tenham condições de entender e aplicar no dia a dia do campo.

Sobre os impostos cobrados nas notas emitidas, é evidente que a grande maioria tem dificuldade de entendimento, o manual tenta trazer de forma simples esse assunto para que os produtores possam se sentir mais seguros quando comercializam seus produtos.

Concluo que esse MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA – PR poderá ser visto como uma ferramenta de independência do produtor rural, onde ele mesmo poderá preencher seguramente suas NFPs, deixando de passar essa tarefa para terceiros, não correr mais riscos e poderá entender, quanto, onde e como pagar seus impostos e para onde vão esses impostos pagos por ele através da venda dos seus produtos.

Precisamos cada vez mais conscientizar os produtores de que eles produzem boa parte da arrecadação do nosso município e da importância da NFP nesse contexto, para isto, a Prefeitura deverá realizar mais ações junto aos produtores, levando a eles o conhecimento necessário e mostrando para a população que o que eles produzem no campo se transforma em muito mais que comida ou mantimentos, que os valores gerados por eles são empregados em benefícios para toda a população do município da Lapa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 1990. **Dispõe sobre a alteração a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis /L8023.htm > Acesso em 29 de jun. de 2018.

BRASIL, 2004. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>> Acesso em 29 de jun. de 2018

BRASIL, 2008. **Dispõe sobre a Reestruturação organizacional do Poder Executivo do município da Lapa.** Disponível em: <<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj3nqX99pjpgAhWPE7kGHQFPCKYQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.camaralapa.pr.gov.br%2Fleis%2F2008%2F2277.pdf&usg=AOvVaw11qtwHq8oejkhUMcFEUjKW>>> Acesso em 29 de jun. de 2018

CUNHA, M. B. **Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica** . Revista Biblioteconomia de Brasília, V10, n.2,p 5-19, jul/dez, 1982.

CEAGESP - Centro de Qualidade em Horticultura 2018. **Cartilha da Nota Fiscal do Produtor.** São Paulo. CEAGESP - CQH, 2013 22 p. (Circular Técnica CEAGESP-CQH).

DIAS, M. A.; 2005 Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7676629-Impacto-da-contabilidade-na-gestao-rural-profa-adriana-marques-dias-diasediasconsultoria-terra-com-br-profadrianadias-terra-com.html>> Acesso em 27de janeiro de 2019.

ECKSTEIN, E. M.; FERREIRA, J.L.D. **Análise da viabilidade do imposto de renda rural- pessoa física ou pessoa jurídica** In:Congresso Brasileiro e Ciências Contábeis vol.I - 2018 Cascavel Pr.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P.; **Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo vol.25 no.74 . 2010.

Disponível em << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

IBGE, 2019.

Disponível em: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>>> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MDA, 2018.

Disponível em: << <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar.>>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

METTMANN, Leandro Mariani. Disponível em A Granja, 2012. Agronegócio Impulsiona Exportações. MELO Beth. Disponível em: Agro Revenda maio/junho 2012.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: questões metodológicas**. Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n. 2 e 3, v. 25, p. 21-36, 1995.

NPF, 2015

Disponível em: <<www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/NPF_031_2015.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

Portal do Agronegócio, 2019.

Disponível em:<<<https://www.portaldoagronegocio.com.br/pagina/o-que-e>>> Acesso em 29 de janeiro de 2019

SCALIONI, 2018.

Disponível em: << <http://www.scalioni.com.br/tratamento-tributario-do-produtor-rural/>>>Acesso em 29 de janeiro de 2019.

Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural e do SENAR**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. - 8ª ed. Brasília: SRFB / SENAR, 2014. 180 p.

SEFANET PR., 2019 Disponível em: <<<https://www.sefanet.pr.gov.br/sefanetv2/Default.asp?Pagina=/home.asp>>> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

APÊNDICE 1- INSTRUMENTO DA PESQUISA
QUESTÕES FEITAS NA ENTREVISTA AOS PRODUTORES
LEVANTAMENTO DAS DIFICULDADES

1. Qual a sua idade?
2. Você tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural?
() Sim () Não
3. Se a resposta da questão anterior for sim, descreva quais são as principais dificuldades no preenchimento das Notas Fiscais do Produtor Rural.
4. Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural?
() Sim () Não () Mais ou menos

APÊNDICE 2
FREQUÊNCIA DE TODAS AS RESPOSTAS DA ENTREVISTA
APÊNDICE 2 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS

(continua)

Idade	Você tem dificuldade em preencher as Notas Fiscais do Produtor Rural?	Descreva quais são as principais dificuldades no preenchimento das Notas Fiscais do Produtor Rural.	Você entende sobre os impostos cobrados sobre os produtos que emite as Notas Fiscais do Produtor Rural?
44	não		Não
32	sim	Dificuldades de preencher todos os campos da nfp	Não
40	sim	Leva a nota para a empresa que vai comprar o produto preencher a nfp	Não
32	sim	Não consegue preencher corretamente	Não
56	sim	Leva a nfp para a empresa que vai comprar o produto preencher	Não
56	sim	Pede ajuda para outras pessoas para preencher a nfp	Mais ou menos
58	sim	Pede para outras pessoas para preencher a nfp	Mais ou menos
47	sim	Preenche com dificuldades mas as vezes pede ajuda para outros, ou a própria empresa preenche nfp	Mais ou menos
37	sim	Leva a nfp para a empresa que vai comprar o produto preencher	Não
69	não	Geralmente quem preenche a nfp é quem faz o transporte do produto.	Mais ou menos
56	não		Sim
32	não		Sim
35	sim	Leva a nota para a empresa que vai comprar o produto preencher	Não
56	sim	Leva a nfp para a empresa que vai comprar o produto preencher	Não
31	sim	Leva a nota para a empresa que vai comprar o produto preencher a nfp	Mais ou menos

APÊNDICE 2 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS

(continuação)

52	sim	Leva a para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
51	não		Não
40	não		Sim
25	não		Não
33	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
55	sim	Pede ajuda para familiares	Mais ou menos
20	Não		Mais ou menos
46	Sim	Não consegue preencher corretamente	Mais ou menos
50	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Mais ou menos
30	não		Mais ou menos
35	Não		Mais ou menos
18	sim	Preenche a NFP mas tem dificuldades em alguns campos	Mais ou menos
53	Não		Sim
45	sim	Pede para o transportador preencher a NFP	Mais ou menos
25	Não		Sim
31	Não		Sim
35	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Sim
54	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
36	sim	Não consegue preencher corretamente, pede ajuda para familiares	Não
42	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
28	Sim	Tem dificuldade de colocar os dados de forma geral, principalmente sobre a empresa	Sim
40	não		Não
53	não		Não

52	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
----	-----	---	-----

APÊNDICE 2 – RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS

(conclusão)

35	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP (dificuldade de entendimento)	Mais ou menos
58	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
37	sim	Até preenchem, mas dependendo do produto levam para a empresa preencher a NFP	Não
32	Não		Sim
51	não		Sim
67	Não	Geralmente quem preenche é quem transporta	Sim
55	sim	Pede ajuda para outras pessoas para preencher a NFP	Mais ou menos
60	sim	Pede ajuda para outras pessoas para preencher a NFP ou o motorista preenche	Mais ou menos
45	Não	Nem sempre preenche a NFP outras pessoas preenchem (familiares, vizinhos)	Mais ou menos
35	sim	Leva para a empresa que vai comprar o produto preencher a NFP	Não
18	Não		Não

FONTE: ENTREVISTA REALIZADA PARA O PRESENTE PROJETO.

ANEXO 1

MANUAL DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL DO MUNICIPIO DA LAPA - PR

O que é a Nota Fiscal do produtor Rural?

É o documento fiscal de emissão obrigatória pelo produtor rural na circulação de bens e materiais relacionados com suas atividades e de mercadorias e/ou produtos produzidos na sua propriedade ou em propriedade alheia, explorada sob contrato.

COMO PREENCHER A SUA NOTA DO PRODUTOR RURAL CORRETAMENTE?

Este é o modelo de Nota Fiscal do Produtor nº 4, conforme DECRETO N.º 7.871, de 29.9.2017 artigo 251 utilizado pelos produtores rurais do estado do Pr, que no caso do município da Lapa possui 5 vias:

EMITENTE NOME DO PRODUTOR DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO FONE (DDD)		UF: FAX (DDD)		CEP		NOTA FISCAL DE PRODUTOR <input type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA		<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 40px; margin: 0 auto;"></div> NÚMERO			
					1ª VIA DESTINATÁRIO						
NATUREZA DA OPERAÇÃO					CICMFP		INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA LIMITE PARA EMISSÃO		
DESTINATÁRIO/REMETENTE					CICMFP OU CPF		DATA DA EMISSÃO		DATA DA RECEITA		
NOMINAÇÃO SOCIAL					INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA DA RECEITA		HORA DA ANOTA		
ENDEREÇO					INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA DA RECEITA		HORA DA ANOTA		
MUNICÍPIO					INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA DA RECEITA		HORA DA ANOTA		
DADOS DO PRODUTO											
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS				UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS			
CÁLCULO DO IMPOSTO											
VALOR DE INCLUIÇÃO (P/ ATUALIZAÇÃO E DATA)		BASE DE CÁLCULO DO ICMS			VALOR DO ICMS			VALOR TOTAL DOS PRODUTOS			
		VALOR DO FRETE			VALOR DO SEGURO			VALOR TOTAL DA NOTA			
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOMINAÇÃO SOCIAL				FRETE POR CONTA 1. EMITENTE 2. DESTINATÁRIO		PLACA DO VEÍCULO		UF		CICMFP OU CPF	
ENDEREÇO				MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA DA RECEITA	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO		DATA DA RECEITA		
DADOS ADICIONAIS											
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 000.000			
DADOS DA ADF E DO IMPRESSOR											
RECEBEMOS DE (NOME SOCIAL DO EMITENTE) DO PRODUTOR CONTEÚDOS DA NOTA FISCAL RECADADA AO LADO								NOTA FISCAL DE PRODUTOR NL* 000.000			
DATA DO RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR								ASSINATURA DO RECEBEDOR			

Para o produtor rural preencher todos os campos corretamente, basta seguir os passos abaixo:

1. EMITENTE

EMITENTE NOME DO PRODUTOR DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO FONE (DDD)		UF: FAX (DDD)		CEP		NOTA FISCAL DE PRODUTOR <input type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA		<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 40px; margin: 0 auto;"></div> NÚMERO	
					1ª VIA DESTINATÁRIO				

Verifique se seus dados estão corretos após emitir a nota no Bloco do Produtor, se sim, vamos para o próximo passo.

2. NATUREZA DA OPERAÇÃO

NATUREZA DA OPERAÇÃO	COC/ME	DESTINATÁRIO
	INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA LIMITE PARA EMISSÃO

No campo Natureza da Operação registre qual será a operação realizada: venda, armazenamento, remessa, transporte etc.

*** Observe sempre a Data limite para emissão da nota, pois ela poderá ser emitida somente até esta data:**

- Notas fiscais autorizadas de janeiro a junho terão vencimento em 31 de janeiro.
- Notas fiscais autorizadas de julho a dezembro terão vencimento em 28 de fevereiro.

3. DESTINATÁRIO/REMETENTE: a Nota do Produtor pode ser emitida para uma empresa ou para um particular, ou ainda, para entidades, associações e poder público.

DESTINATÁRIO/REMETENTE		
NOME/RAZÃO SOCIAL	COC/ME OU CPF	DATA DA EMISSÃO
ENDEREÇO		DATA DA SAÍDA/ENTRADA
MUNICÍPIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

* Quando o destinatário for desconhecido isto é, a venda for feita em feiras ou a consumidores diversos, nesse espaço será posto o nome do próprio produtor bem como, o seu respectivo endereço e demais dados. Caso as mercadorias não forem totalmente vendidas, o saldo deverá ser anotado no verso da nota para que o produtor possa retornar legalmente com a sua mercadoria.

Registre corretamente o nome ou razão social do destinatário, pois poderá servir para garantia de seus direitos.

ENDEREÇO: o endereço completo do destinatário é o local onde a mercadoria deverá chegar.

CNPJ = Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (empresa).

CPF = Cadastro Nacional de Pessoa Física.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: Secretaria de Estado da Fazenda. Em alguns casos não será necessário informar (ex: a venda de uma mercadoria para uma pessoa ou entidade não inscrita).

DATA DE EMISSÃO: Registrar a data em que foi preenchida a Nota.

DATA DE SAÍDA/ENTRADA E HORA DE SAÍDA: estes itens serão registradas a data e a hora da saída da mercadoria, que nem sempre é a mesma data da emissão.

4. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS: Este espaço é reservado para identificar a mercadoria que será movimentada.

DADOS DO PRODUTO					
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS

Atenção: Na mesma Nota poderá ser movimentado mais de um produto ou mercadoria, utilizar uma linha para cada produto.

UNIDADE: Este campo serve para definir a unidade de medida da mercadoria. Ex: metro, litro, saco, peça, cabeça, dúzia, peso, etc.

QUANTIDADE: É o registro numérico das unidades.

CALOR UNITÁRIO: É o preço da unidade de cada mercadoria comercialização ou movimentada.

VALOR TOTAL: É apresentado multiplicação da quantidade pelo seu valor unitário.

ALIQ. ICMS.: Neste campo é registrado o percentual de incidência tributária que recai sobre o valor de cada produto. Se o produtor encontrar dificuldade no preenchimento deste campo, deverá consultar a Prefeitura Municipal para orientações. Caso contrário, poderá deixar o espaço em branco que por ocasião da entrega da Nota na prefeitura isso será regularizado. PAGINA

Exemplo destes campos preenchidos:

Dados do Produto					
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS
Arroz em casca	saca	10	20,00	200,00	-
Feijão Preto	saca	05	50,00	250,00	17%
Lenha	m³	100	15,00	1.500,00	12%
Milho	saca	20	13,00	260,00	-

5. CÁLCULO DO IMPOSTO: Neste quadro será informada a soma dos valores referentes aos valores das mercadorias que servirão de base para calcular o imposto. Se nenhuma mercadoria constante da Nota for tributada, deixar o espaço em branco.

CÁLCULO DO IMPOSTO			
GUIA DE RECOLHIMENTO (Nº AUTENTICAÇÃO E DATA)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
	VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR TOTAL DA NOTA

Atenção: Nem todas as mercadorias que estão na Nota são tributadas. (Veja na página 10 mais informações sobre impostos)

GUIA DE RECOLHIMENTO: Quando o produto for tributado (tiver imposto) deverá ser recolhido no banco o valor do imposto mediante uma guia própria antes da mercadoria ser movimentada. Esta guia será autenticada pelo banco, a qual receberá um número. Este número deverá ser anotado neste campo.

BASE DE CÁLCULO ICMS: Neste item registra-se o valor que serve de base do cálculo para obter o valor do imposto a ser recolhido.

VALOR DO ICMS: é o valor a ser recolhido em reais. Para se obter este valor multiplica-se a alíquota de cada mercadoria pelo seu valor total

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS: É a soma das mercadorias contidas na descrição dos produtos.

VALOR DO FRETE: Aqui registra-se o valor que será pago para o transporte da mercadoria.

Atenção: Quando a mercadoria é transportada pelo destinatário ou pelo produtor, este item fica em branco.

VALOR DO SEGURO: Se a mercadoria tiver seguro registrar o valor.

VALOR TOTAL DA NOTA: É a soma do total das mercadorias mais despesas de frete, seguro e outras despesas a ser pago pelo destinatário ao emitente.

Exemplo destes campos preenchidos:

CÁLCULO DO IMPOSTO			
GUIA DE RECOLHIMENTO (Nº AUTENTICAÇÃO E DATA) 00015/2017	BASE DE CÁLCULO DO ICMS 1.750,00	VALOR DO ICMS 225,50	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 2.210,00
	VALOR DO FRETE —	VALOR DO SEGURO —	VALOR TOTAL DA NOTA 2.210,00

6. TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS: Neste espaço deverá ser anotado o nome do transportador da mercadoria, que pode ser: o próprio emitente da nota; o destinatário ou comprador da mercadoria ou ainda uma terceira pessoa contratada para esta operação (serviço).

Atenção: O transportador é o proprietário do veículo que está sendo utilizado para o transporte da mercadoria e não o motorista do veículo. Jamais se coloca neste campo o termo "o mesmo".

Obs: repare que os campos estão indicados por números para melhor entendimento:

Transportador/Volumes Transportados					
NOME/RAZÃO SOCIAL 0			FRETE POR CONTA 1 - EMITENTE <input type="checkbox"/> 4 2 - DESTINATÁRIO		PLACA DO VEÍCULO 5
ENDEREÇO 1			MUNICÍPIO 2		UF 6
					CNPJ/CPF 7
QUANTIDADE 8	ESPÉCIE 9	MARCA 10	NÚMERO 11	PESO BRUTO 12	PESO LÍQUIDO 13

0, 1, 2, 3: Registre os dados do transportador.

4: Insira no quadrado o número 1 se o frete for por conta do emitente e 2 se for por conta do destinatário.

5, 6: Insira corretamente a placa e o estado do veículo.

7: Insira o CNPJ ou CPF do proprietário do veículo.

8: Registrar neste campo a quantidade de volume (ex: saca, caixa, pacotes, feixes de lenha, etc). O produto estiver solto escrever "a granel".

9: Identificar o tipo de embalagem transportada que pode ser: saca, caixa, fardo, etc.

10: Quando tratar-se de diferentes embalagens registrar como "diversos".

11: Registra-se a marca do produto quando estiver estampado na embalagem.

Se as embalagens tiverem uma numeração para identificar a carga (ex: de 01 a 35).

12: Registra-se o peso total dos volumes das mercadorias transportadas.

13: Registra-se apenas o peso da mercadoria sem as embalagens (ex: caixa de madeira e outras).

7. DADOS ADICIONAIS: É um campo livre para que o emitente anote informações complementares que ele deseja esclarecer e que não foi possível fazer isto nos demais campos da nota.

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 000.000

8. DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR

DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	
NOTA FISCAL DE PRODUTOR N.º 000.000		

Registra-se nesse campo a data (dia, mês e ano) que a mercadoria foi recebida pelo destinatário ou representante. Nesse espaço anota-se o nome da pessoa que recebeu a mercadoria e obtém a sua assinatura.

Atenção: Essa parte da 1ª via da nota, deve ser destacada e ficar de posse do emitente ou anexando a 4ª via. É a prova de que as mercadorias foram entregues.

NÃO ESQUEÇA:

SOMENTE O TITULAR E ASSOCIADOS PODEM EMITIR E DAR BAIXA NAS NOTAS NO BLOCO DO PRODUTOR RURAL, OUTROS SÓ PODERÃO FAZER MUNIDOS DA PROCURAÇÃO EMITIDA PELO TITULAR DO CADASTRO, QUE TEM VALIDADE DE 1 ANO.

APÓS EMISSÃO DA NOTA DO PRODUTOR VOCÊ DEVE LEVAR A 2ª VIA JUNTAMENTE COM A CONTRA NOTA (SE HOUVER) O QUANTO ANTES PARA DAR BAIXA NO BLOCO DO PRODUTOR!

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

DESTINAÇÃO DAS VIAS:	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª via e 3ª via acompanham a mercadoria, sendo que a 1ª via será entregue ao destinatário e a 3ª via será recolhida pela fiscalização no percurso do transporte da mercadoria; • 2ª via será entregue Ao Bloco do Produtor, juntamente com a contra nota se houver; • 4ª e 5ª via fica no bloco em poder do produtor que deverá arquivá-la com uma via ou cópia da contra nota para futura comprovação junto a Previdência Social;
CANCELAMENTO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR	<p>As notas fiscais podem ser canceladas pelos seguintes motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • erros no preenchimento; • rasuras que venham causar dúvidas na leitura dos dados; • a nota foi preenchida e a mercadoria não foi entregue por motivos diversos; <p>ATENÇÃO: A nota cancelada deve permanecer fixa no bloco (todas as vias com a anotação "cancelada")</p>
INUTILIZAÇÃO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> • São inutilizadas notas que não foram utilizadas até a data limite para emissão, ou seja, notas em branco. <p>ATENÇÃO: A nota cancelada deve permanecer fixa no bloco (todas as vias com a anotação "INUTILIZADA") por no mínimo 5 anos.</p>
EXTRAVIO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> • Caso o produtor extravie sua Nota ele deve realizar um Boletim de Ocorrência de Extravio de Documentos na Delegacia mais próxima ou via internet no endereço da delegacia eletrônica (www.delegaciaeletronica.pr.gov.br/). • Lembrando que precisa constar no B.O. o número do Cadastro do Produtor (CADPRO) e o número da nota extraviada. • Levar o B.O até o Bloco do Produtor para regularizar a

	pendencia da Nota.
--	--------------------

**O QUE ACONTECE SE NÃO FOR EMITIDA A NOTA FISCAL DE
PRODUTOR RURAL?**

O transporte de bens e produtos está sujeito à fiscalização que, de acordo com a legislação em vigor, deverá aplicar multas sobre o valor da mercadoria, além da cobrança do imposto, que poderia estar dispensado se tivesse sido emitida a nota fiscal de produtor.

LEMBRE-SE

APÓS EMISSÃO DA NOTA DO PRODUTOR VOCÊ DEVE LEVAR A 2ª VIA JUNTAMENTE COM A CONTRA NOTA (SE HOVER) O QUANTO ANTES PARA DAR BAIXA NO BLOCO DO PRODUTOR!!

MANTER EM LOCAL SEGURO O BLOCO DE NOTAS, AS CONTRANOTAS E AS GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ICMS E DO INSS.

EXIGIR SEMPRE A CONTRA NOTA QUANDO A VENDA FOR FEITA A PESSOA JURÍDICA COM DESCONTO DE INSS. ESTA SERÁ A PROVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PRODUTOR. ELA SERÁ NECESSÁRIA POR OCASIÃO DO REQUERIMENTO DE BENEFÍCIOS PESSOAIS OU FAMILIARES;

**NUNCA ENTREGUE SUA NOTA PARA A EMPRESA OU TERCEIROS PREENCHEREM,
POIS A NOTA É SEU DOCUMENTO.**

MANTENHA SEU CADASTRO SEM PENDÊNCIAS PARA EVITAR PROBLEMAS FUTUROS.

VAMOS FALAR SOBRE A TRIBUTAÇÃO DE IMPOSTOS DA SUA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL?

O QUE É ICMS?

O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação)

Grande parte dos produtos agropecuários são isentos de ICMS.

O produtor rural deverá efetuar o pagamento do ICMS nas seguintes situações:	<p>a) Na venda de produtos tributados dentro do Estado;</p> <p>b) Na venda de produtos diferidos dentro do Estado quando o comprador for o consumidor final (hospitais, escolas, clubes, associações, firmas de construção civil, cooperativas de consumo, empresas optantes pelo Simples Nacional, etc);</p> <p>c) Na venda de produtos tributados ou diferidos para outros estados, qualquer que seja a condição do comprador.</p>
--	---

Nota: Produto Diferido é aquele em que o ICMS é adiado, ou seja, é transferida para a operação seguinte a responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

COMO SABER SE O PRODUTO QUE VOCÊ VENDE É TRIBUTADO DEFERIDO OU ISENTO?	Consulte a Agência da Receita Estadual mais próxima ou o SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão, pelo telefone (41) 3350-5009 para Curitiba e Região Metropolitana ou 0800- 411528 para as demais localidades.
COMO RECOLHER O ICMS?	O produtor deverá emitir a GR-PR pela internet, no site www.fazenda.pr.gov.br e efetuar o pagamento no Banco do Brasil.
CASO NÃO TENHA ACESSO A INTERNET VOCÊ PODE PROCURAR O BLOCO DO	

PRODUTOR PESSOALMENTE OU PELO TELEFONE 41 3547-5118 PARA CONSULTAS.

O PRODUTOR A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Nota Fiscal de Produtor Rural e a nota de entrada emitida pelo comprador são as principais provas da condição de produtor rural Segurado Especial quando for solicitado qualquer benefício à Previdência Social.

FUNRURAL

O que é a Contribuição Previdenciária Rural (FUNRURAL)?	O FUNRURAL é a contribuição substitutiva à cota patronal do encargo previdenciário (20%) mais o percentual do RAT – Riscos Ambientais do Trabalho (3%) dos produtores rurais pessoas físicas, jurídicas e também das empresas agroindustriais. Para o Segurado Especial o FUNRURAL é o custeio de sua previdência, servindo para aposentadoria e outros benefícios junto ao INSS.
Qual é a alíquota do FUNRURAL?	<ul style="list-style-type: none"> • Para os produtores pessoas físicas, é de 2,1%, sendo 2,0% • Para o INSS e 0,1% • Para o RAT e, para os produtores pessoas jurídicas e agroindústrias, é 2,6% sendo 2,5% para o INSS e 0,1% para o RAT.
Como acontece o recolhimento do FUNRURAL?	<p>Existem duas formas de recolhimento ao INSS:</p> <ul style="list-style-type: none"> •A primeira é a mais comum. O destinatário, pessoa jurídica, desconta do valor das mercadorias 2,3%, fazendo esta demonstração na contra nota ou nota de entrada de mercadoria; ele recolherá este valor para a Previdência Social. •A segunda forma de recolhimento, é feita pelo próprio produtor até o segundo dia útil do mês seguinte, mediante guia própria de recolhimento. É necessário neste caso, que o produtor tenha sua inscrição junto à Previdência Social. O valor será 2,3% da mercadoria que vendeu a pessoas físicas

	ou outra entidade que não possua nota de entrada.
--	---

O preenchimento correto, com os valores reais de mercado e a prestação de contas das notas de produtor é de fundamental importância para os municípios, uma vez que compõe a formação do índice de participação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, responsável direto da arrecadação do seu município da parte que lhe corresponde do ICMS.

Emitindo a nota do produtor você estará ajudando a aumentar a arrecadação do seu município e conseqüentemente estará trazendo melhorias para a sua região!

REFERÊNCIAS:

AMAVI Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. **Manual da nota fiscal do Produtor**. Atlanta, SC 2003. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjqtWkkt_gAhXILkGHT4OBMsQFjAAegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.amavi.org.br%2Farquivo%2Fcolegiados%2Fconsagri%2F2014%2FAPOSTILA_AMAVI.pdf&usg=AOvVaw3rrt6wGMM57_3QKn3YE2ed>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019

DECRETO N.º 7.871, de 29.9.2017 Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwim4dmjtt_gAhWLEbkGHXHAplQFjACegQIBxAB&url=http%3A%2F%2Flegislacao.sefaz.se.gov.br%2Flegisinternet.dll%2FInfobase3%2F01regulamento_2002_completo%2Fregulamento_2002_completo.htm%3Ff%3Dtemplates%26fn%3Ddocumentframe.htm%26q%3DEFD%26x%3DSimple%262.0&usg=AOvVaw1eTMlgaFI4bu4a_sPTELpR>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019

FOLDER: **O que é a Nota Fiscal de Produtor Rural** Disponível em: <<<https://sistemaafaep.org.br/wpcontent/uploads/2014/09/FolderArrecadacaoOqueEnotaFiscal.pdf>>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019

(NPF, 2015)

Disponível em: <<www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/NPF_031_2015.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

SCALIONI 2018.

Disponível em: << <http://www.scalioni.com.br/tratamento-tributario-do-produtor-rural/>>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.